



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAITUBA

Ata da audiência publica com objetivo de que seja discutido junto ao DNPM a realização de um mutirão em Itaituba/PA para legalização da atividade mineral. Aos vinte e sete dias do mês de abril, do ano de 2017, nesta cidade de Itaituba, Estado do Pará, República Federativa do Brasil, reuniu-se o Poder Legislativo Municipal, às 09h00min, no Plenário Carlos Roberto Cabral Furtado, na Câmara Municipal de Itaituba, sob a presidência do vereador Luiz Fernando Sadeck dos Santos e presentes os senhores vereadores: Antonia Pereira Farias, Daniel Martins, David Quintero Salomão, Diego José Mota Freitas, Emanuel do Livramento Pires Junior, José Belloni Nunes, Luiz Fernando Sadeck dos Santos, Maria de Almeida Silva, Raimison Antonio Abreu dos Santos e Wescley Silva Aguiar. O vereador Luiz Fernando Sadeck dos Santos, presidindo a reunião, declarou-a aberta e destacou o requerimento nº 285/2017 que pediu essa audiência, explicando os fatores que travam a legalização da atividade mineral na região, bem como quais documentos são necessários para legalização dessa atividade. Em seguida convidou para compor a mesa: prefeito municipal, Valmir Climaco de Aguiar, o senhor Dirceu Frederico, secretario municipal de Meio Ambiente, Bruno Rolim, advogado Antunes representando OAB/Itaituba, os representantes do DNPM, senhor Ricardo Eudes Ribeiro Parahyba – diretor de arrecada do DNPM a senhora Aidil Evangelista da Silva – Coordenadora dos Trabalhos em Itaituba/PA. Inicialmente o vereador Luiz Fernando Sadeck passou a palavra a senhor Aidil Evangelista que fez uma explanação sobre as reservas garimpeira criadas na região citando a reserva Tapajós que é maior do que o estado do Alagoas, bem como mostrou conceitos de garimpagem, comentando-os. Continuando mostrou os requisitos para liberação da atividade garimpeira e quem concede é o Departamento Nacional de Produção Mineral, falando sobre o histórico e atuação do mesmo no Brasil e região. Disse que o DNPM não esta sendo omissa a atividade garimpeira ilegal e faz um trabalho de campo junto com outros órgãos para garantir a legalidade dessa atividade. Prosseguindo usou a fala o senhor Ricardo Parahyba que agradeceu o convite para participar dessa audiencia e falou sobre a atuação do órgão na região. Adiante o senhor Antunes OAB/Itaituba falou da problemática envolvendo a questão da criação das reservas garimpeiras principalmente as atingidas por flonas e comentou sobre as MPs que atingiram as reservas na região. Falou das dificuldades da expedição das licenças para garimpagem na região que equivale a de instalação de hidrelétricas. A palavra foi passada ao senhor Dirceu Frederico que falou sobre o histórico da atividade garimpeira na região ao longo dos anos e que o municipio nasceu e vive dessa atividade, reconhecendo o trabalho do DNPM na região. Falou que farão sugestão de mudanças para separar os garimpeiros que querem realmente se legalizar e que irão fazer um convenio para ajudar os pequenos garimpeiros a se legalizar. Usou a palavra o secretario de Meio Ambiente municipal, Bruno Rolim, disse que a secretaria tem feto de tudo para expedir as licenças e sempre está a disposição para ajudar no que for preciso. O vereador Luiz Fernando Sadeck disse sugeriu que após a reunião fosse feita uma carta aberta pedindo aos deputados e senadores que fizessem um projeto criando as reservas garimpeira na região do Tapajós. Usou a palavra o prefeito municipal, Valmir Climaco,



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAITUBA

falou que o município de Itaituba vive a vários anos da atividades garimpeira e que a maior parte do ouro extraído é contrabandeado para fora. Disse que o DNPM não está separando os pequenos garimpeiros das grandes empresas mineradoras e que daqui a uns dias a polícia federal fará uma batida na região prendendo os garimpeiros. Falou que irá equipar a secretaria de meio ambiente para atender e conscientizar os pequenos garimpeiros da região a se legalizarem. O vereador David Salomão fez suas considerações a respeito do que foi dito. O vereador Diego Mota falou da sugestão de garantir ao pequeno garimpeiro venda seu ouro de forma legal e comentou também a importância da arrecadação dos recursos para melhorias do município. O vereador Junior Pires falou sobre os ciclos econômicos da região, borracha, madeira e agora o ouro comentando sobre, enfatizando que a câmara esta disposta a ajudar. Com a palavra o vereador Wesceley Silva Aguiar, falou sobre a viagem para discussão da MP 758 e encontrou o deputado Passarinho que o ajudou a fazer contato com o ministro e foi aprovado a solicitação de uma mesa redonda com a comissão de minas e energia da câmara federal. Anunciou que a comissão de minas e energia estará em Junho no município para discutir essa problemática. Com a palavra o vereador Daniel Martins, falou da atividade garimpeira na região e que os mesmos tem receio em ir a Secretaria municipal de Meio Ambiente por medo do que podem encontrar e mostrou disposto a ajudar no que for preciso em prol dos pequenos garimpeiros da região. Com a palavra o vereador José Belloni que falou da importância da cobrança desta casa de leis aos órgãos competentes para legalização e atenção aos pequenos garimpeiros. Comentou sobre a legalização para os pequenos agricultores da região que é uma dificuldade. Com a palavra a vereadora Antonia Farias, falou que está disposição dos garimpeiros e das pessoas que vivem dessa atividade. Agradeceu e parabenizou o secretario Bruno Rolim por sempre atender a população. O senhor Ricardo Parahyba – DNPM falou que existe um acordo de cooperação técnica com varias prefeituras no Brasil para fiscalização da atividade de garimpagem. Em relação ao recolhimento do CEFEM disse que houve um crescimento no município e falou sobre os números de PLGs na região mostrando gráficos e mapas comentando sobre os mesmos. Falou que o DNPM está sendo estruturado para atuar no município e que o mesmo pode fiscalizar a exportação do ouro não refinado, enfatizando que o pequeno garimpeiro não pode comercializar mais que cem gramas de ouro. Em seguida o vereador Luiz Fernando Sadeck passou a palavra ao plenário e a senhora Keila Lopes, federação das cooperativas do Tapajós, falou sobre as dificuldades do processo de liberação de PLG e que na ultima audiência publica que participou disse que iria se instalar uma regional da SEMMA do estado e até agora nada. Pediu mais atenção e agilidade para a liberação das PLGs para região e questionou sobre a concessão de lavras citado na Resolução 05. O senhor Juarez Silva, diretor da ANORO questionou sobre a não fiscalização do DNPM em relação a exportação ilegal do ouro extraído na região e pediu mais atenção para essa situação. Comentou sobre as ações de fiscalização na agencia Ourominas. O senhor Luiz Barbudo agradeceu e parabenizou pela iniciativa da audiência publica e que precisa dos governantes para representar. Disse que



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAITUBA

participou de varias reuniões e nada foi feito pela classe garimpeira e nem pela região. Falou sobre as operações da policia federal que queima e destrói os equipamentos dos garimpeiros e pediu que encontrasse uma solução. Falou o senhor Maranhão, garimpeiro da região, que comentou sobre a atividade garimpeira na região e o que o mesmo não destrói, pelo contrario procura preservas as áreas. A senhora Sandra Siqueira sugeriu que fosse implantado um projeto de comunicação social com os garimpeiros por parte do DNPM para conscientizar os mesmos da legalidade de suas atividades. A senhora Marilu Vobeto, advogada, sugeriu, endossando o discurso da senhora Sandra Siqueira, que fosse elaborada uma cartilha para os garimpeiros conscientizando-os da legalização da sua atividade. Respondendo aos questionamentos o senhor Ricardo Parahyba disse que há uma desorganização por parte dos garimpeiros da região e que o DNPM não tem como fazer um convenio sugerido pela ANORO pois é ilegal. Continuou fazendo suas considerações finais. Em seguida o senhor José Antunes fez suas considerações finais, bem como a senhora Aidil Evangelista e demais autoridades que compuseram a mesa. O presidente da audiência pública, Luiz Fernando Sadeck dos Santos, fez suas considerações finais e que fará os encaminhamentos devidos propondo aos parlamentares o projeto de lei e que encontre mecanismos aos governantes para que o garimpeiro não precisar de documentos para vender 100 gramas de ouro e que ficará de sua responsabilidade verificar junto ao Ministerio de Minas e Energia. Disse que será solicitada o diferenciamento do estado do Pará e a liberação das licenças que estão no DNPM. Não havendo mais matérias a tratar o presidente encerrou a audiência e pediu que fosse lavrada a presente ata.